

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras Logística de Gás S.A. é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. e atua como gestora de participações em sociedades que atuam no transporte de gás natural. Em 2017, a sociedade completou 2 anos de pioneirismo e desafios superados. Temos muito orgulho em apresentar mais um ano com forte geração de caixa, registrando um Lucro Líquido de R\$ 309,07 milhões em 2017.

A Companhia segue seu modelo de negócios baseado na proximidade de atuação em suas participações, através da indicação de administradores, foco em melhores práticas e acionista controlador. Prova disso é que a Companhia concluiu, em 2017, operação financeira de redução do seu capital social, no montante de R\$ 522,58 milhões, com o consequente retorno desses recursos à sócia Petrobras.

Acompanharemos e atuaremos no processo de mudanças relevantes no arcabouço legal e regulatório do segmento de gás natural. Estaremos prontos para contribuir com nossa expertise visando ao amadurecimento e crescimento do mercado de gás natural brasileiro. A indústria de gás natural reúne as condições favoráveis para se posicionar como importante elemento de transição para um mercado de “baixo carbono”.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA COMPANHIA

Logigás: 51%

Logigás: 25%

Logigás: 11%

Logigás: 40%

Logigás: 46%
Outras
Petrobras Com. Energia: 0,09%
Termomacacé: 0,01%
Termomacacé Com. Energia: 0,01%

Em sua carteira, a Companhia detém participação na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), proprietária e responsável pela operação do trecho brasileiro do Gasoduto Bolívia-Brasil, que liga Corumbá (MS) a Canoas (RS) com 2.593 km e uma capacidade total contratada de 30,08 milhões de m³/dia. Ao longo da extensão do gasoduto, a TBG possui 15 estações de compressão e 50 pontos de entrega. O nível médio de utilização destes ativos em 2017 atingiu grande parte da capacidade contratada, com o transporte médio de 24,60 milhões de m³/dia, incluindo gás proveniente de produção nacional. A TBG foi eleita uma das 500 maiores empresas do Brasil segundo o Ranking da Revista Exame Melhores & Maiores de 2017.

A Companhia também detém participação em outras transportadoras de gás natural no cenário brasileiro, como a Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), proprietária de ativos de transporte no Estado do Rio Grande do Sul com extensão de 50 km de gasodutos, compostos de dois trechos de 25 km, que movimentam, por meio do Trecho 1, gás natural proveniente da Argentina para abastecimento da Usina Termoeletrica de Uruguiana e, por meio do Trecho 3, gás natural a partir do ponto de interconexão com a TBG, em Canoas (RS), para abastecimento do Polo Petroquímico de Triunfo (RS). O volume médio transportado no ano de 2017 foi de 398 mil m³/dia, de uma capacidade contratada de 800 mil m³/dia no Trecho 3 e capacidade de movimentação de 2,40 milhões de m³/dia no Trecho 1.

Além das participações no mercado brasileiro, a Companhia mantém participação na Gas Trans-Boliviano S.A. (GTB), proprietária e responsável pela operação do trecho boliviano do Gasoduto Bolívia-Brasil com 557 km e 4 estações de compressão, desde Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil, em Corumbá (MS). O gasoduto da GTB possui capacidade total para o transporte de gás natural de 32,90 milhões de m³/dia, sendo 30,08 milhões de m³/dia reservados para entrega ao Brasil, na fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul, e 2,82 milhões de m³/dia, em Chiquitos, na interconexão com o Gasoduto Lateral Cuiabá, que entrega gás ao Brasil, na fronteira com o Estado de Mato Grosso.

Ressalta-se, ainda, em relação às demais participações societárias da Companhia, que, em 01 de setembro de 2017, ocorreu a 69ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), que aprovou o relatório de liquidação, bem como o encerramento da liquidação e extinção daquela Companhia. Para que a convocação da AGE pudesse ser realizada pelo Liquidante, foi necessária a equalização de questões administrativas, operacionais e judiciais, incluindo os passivos ambientais e seus desdobramentos, visando à elaboração do Relatório Final de Liquidação Extrajudicial, que contemplou a prestação de contas dos atos do Liquidante, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal da Sociedade.

Outrossim, em 05 de dezembro de 2017, em linha com a estratégia de otimizar a carteira de investimentos, transcorreu a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovando a cessação de sua participação na TNG Participações Ltda – TNG, que foi efetivamente consumada em 31 de janeiro de 2018. Desta forma, a Companhia, desde 31 de janeiro de 2018, não faz mais parte do quadro societário daquela empresa.

RESULTADO 2017

Como exposto, no exercício de 2017, a Companhia (Controladora) apresentou um lucro líquido de R\$ 309,07 milhões, decorrente, principalmente, da receita de serviços de transporte da TBG ajustada pelos efeitos cambiais sobre a tarifa contratualmente fixada, complementada pelos resultados com juros sobre o empréstimo subordinado previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, firmado entre a TBG e seus acionistas, e a receita de aplicação financeira no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) da Petrobras, da ordem de R\$ 12,84 milhões e R\$ 69,79 milhões, respectivamente.

Desta forma, a administração da Petrobras Logística de Gás S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que estão compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes KPMG.

AGRADECIMENTOS

A Petrobras Logística de Gás S.A. continua focada na otimização de seus ativos, com diligência financeira e fiscal, na busca da criação constante de valor para seu acionista controlador.

A Companhia vem adotando, desde sua constituição, as melhores práticas de governança corporativa e aprimorando permanentemente seus controles internos. Formada por uma equipe altamente qualificada e comprometida com resultados, a Companhia investe na valorização de seu capital humano e no incentivo à inovação em seus processos, sistemas e tecnologias.

Registramos, por fim, nossos sinceros agradecimentos aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e colaboradores, por suas contribuições valiosas no desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

Gustavo Cesar Cotrim Correa da Costa
Presidente do Conselho de Administração
Ricardo José Lourenço de Mello
Diretor Presidente
Balanço Patrimonial
Exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.689	45.018	1	2	Fornecedores	11	108.524	341.689	28.104	26.143
Títulos e valores mobiliários	7	206.062	607.484	-	-	Adiantamento de cliente	13.1.2	52.014	52.174	-	-
Contas a receber, líquidas	8	357.461	901.471	372.802	908.297	Financiamentos	12	143.628	65.946	-	-
Empréstimos concedidos a parte relacionada	12.1	-	-	88.403	-	Imposto de renda e contribuição social	14.1	52.679	200.991	1.936	-
Imposto de renda e contribuição social	14.1	11.806	26.698	11.806	26.698	Impostos e contribuições	14.1	28.052	62.299	352	551
Impostos e contribuições	14.1	28.066	60.806	6.271	8	Salários, férias e encargos		24.542	23.677	-	-
Outros ativos		11.040	9.573	3.094	3.093	Dividendos propostos	16.3	279.531	422.555	146.810	215.093
		<u>636.124</u>	<u>1.651.050</u>	<u>482.377</u>	<u>938.098</u>	Provisão para recuperação ambiental	22.1	4.722	4.401	4.722	4.401
						Outras contas e despesas a pagar		<u>5.085</u>	<u>2.517</u>	<u>12</u>	<u>419</u>
Não circulante								<u>698.777</u>	<u>1.176.249</u>	<u>181.936</u>	<u>246.607</u>
Realizável a longo prazo						Não circulante					
Empréstimos concedidos a parte relacionada	12.1	-	-	-	87.096	Adiantamento de cliente	13.1.2	753.794	807.878	-	-
Depósitos vinculados		5.894	6.064	-	-	Financiamentos	12	-	140.036	-	-
Depósitos judiciais	22.2	4.133	3.797	2.134	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	290.468	132.137	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	-	4.347	-	4.347	Planos de pensão e saúde	15	57.423	53.107	-	-
		<u>10.027</u>	<u>14.208</u>	<u>2.134</u>	<u>91.443</u>	Provisão para processos judiciais	22.1	786	794	786	20
						Provisão para recuperação ambiental	22.1	19.999	-	19.999	-
						Outras contas e despesas a pagar		<u>5.640</u>	<u>7.812</u>	<u>16</u>	<u>2</u>
								<u>1.128.110</u>	<u>1.141.764</u>	<u>20.801</u>	<u>22</u>
								<u>1.826.887</u>	<u>2.318.013</u>	<u>202.737</u>	<u>246.629</u>
Investimentos	9	77.102	69.667	338.381	409.770	Patrimônio líquido	16				
Imobilizado	10	1.964.735	2.087.553	857	857	Capital social realizado		434.869	957.450	434.869	957.450
Intangível		10.944	9.373	-	-	Reservas de lucros		187.413	237.534	187.413	240.241
		<u>2.062.808</u>	<u>2.180.801</u>	<u>341.372</u>	<u>502.070</u>	Outros resultados abrangentes		<u>(1.270)</u>	<u>(4.152)</u>	<u>(1.270)</u>	<u>(4.152)</u>
						Atribuído aos acionistas da controladora		621.012	1.190.832	621.012	1.193.539
						Atribuído aos acionistas não controladores	9.4	251.033	323.006	-	-
								<u>872.045</u>	<u>1.513.838</u>	<u>621.012</u>	<u>1.193.539</u>
		<u>2.698.932</u>	<u>3.831.851</u>	<u>823.749</u>	<u>1.440.168</u>			<u>2.698.932</u>	<u>3.831.851</u>	<u>823.749</u>	<u>1.440.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Receita de vendas e serviços	17	1.332.188	1.475.843	-	-
<u>Custo dos produtos e serviços vendidos</u>	19	<u>(359.557)</u>	<u>(327.792)</u>	-	-
Lucro bruto		972.631	1.148.051	-	-
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	19	(116.747)	(99.951)	(19.894)	(11.756)
Tributárias	19	(7.662)	(11.389)	(5.531)	(7.828)
<u>Outras receitas líquidas</u>	18	<u>(1.089)</u>	<u>11.724</u>	<u>(1.233)</u>	<u>11.836</u>
		<u>(125.498)</u>	<u>(99.616)</u>	<u>(26.658)</u>	<u>(7.748)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		847.133	1.048.435	(26.658)	(7.748)
<u>Resultado financeiro líquido</u>	20	<u>33.119</u>	<u>270.328</u>	<u>82.120</u>	<u>43.258</u>
Receitas financeiras		109.833	126.114	82.638	105.424
Despesas financeiras		(22.510)	(58.248)	(11)	(2)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(54.204)	202.462	(507)	(62.164)
Resultado de participações em investidas	9.2	7.791	3.477	282.047	435.114
Participação nos lucros ou resultados	15.4	(2.836)	-	-	-
<u>Lucro antes dos impostos</u>		<u>885.207</u>	<u>1.322.240</u>	<u>337.509</u>	<u>470.624</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	14.3	<u>(307.986)</u>	<u>(454.490)</u>	<u>(28.434)</u>	<u>(17.797)</u>
<u>Lucro do exercício</u>		<u>577.221</u>	<u>867.750</u>	<u>309.075</u>	<u>452.827</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.		311.781	452.827	309.075	452.827
<u>Acionistas não controladores</u>	9.4	<u>265.440</u>	<u>414.923</u>	-	-
<u>Lucro do exercício</u>		<u>577.221</u>	<u>867.750</u>	<u>309.075</u>	<u>452.827</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	16.4	1.088,73	1.581,25	1.079,28	1.581,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Lucro do exercício		577.221	867.750	309.075	452.827
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Ganhos/perdas atuariais com planos de benefícios definidos		8.029	(16.447)	4.095	(8.388)
<u>Imposto diferido</u>		<u>(2.378)</u>	<u>3.459</u>	<u>(1.213)</u>	<u>1.764</u>
<u>Resultado abrangente total</u>		<u>582.872</u>	<u>854.762</u>	<u>311.957</u>	<u>446.203</u>
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.		314.663	446.203	311.957	446.203
<u>Acionistas não controladores</u>		<u>268.209</u>	<u>408.559</u>	-	-
<u>Resultado abrangente total</u>		<u>582.872</u>	<u>854.762</u>	<u>311.957</u>	<u>446.203</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016 Reapresentado	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	577.221	867.750	309.075	452.827
Ajustes para:				
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	12.344	7.722	-	-
Resultado de participações em investidas	(7.791)	(3.477)	(282.047)	(435.114)
Depreciação e amortização	182.263	173.911	-	-
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	70.376	(151.387)	2.818	1.003
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(69.796)	(56.033)	(69.796)	(54.833)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(39.141)	(69.759)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	160.301	100.408	4.347	17.775
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	78.689	255.575	(8.926)	310.445
Títulos e valores mobiliários	440.562	(537.725)	-	-
Outros ativos	7.459	387.327	12.043	7.074
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(233.165)	294.959	1.961	986
Impostos e contribuições	(144.017)	62.073	9.585	(32.142)
<u>Outros passivos</u>	<u>(40.229)</u>	<u>(95.718)</u>	<u>19.923</u>	<u>(40.738)</u>
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	995.076	1.235.626	(1.017)	227.283
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(59.018)	(56.515)	-	-
Adições em investimentos	(267)	(209)	(267)	(678)
Resgates (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	523.521	(457.446)	523.521	(242.730)
Dividendos recebidos	576	948	448.034	170.530
Caixa absorvido na incorporação de participação acionária	131	-	131	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	464.943	(513.222)	971.419	(72.878)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Redução de capital social	(522.581)	-	(522.581)	-
Amortizações de principal	(66.856)	(296.995)	-	-
Amortizações de juros	(15.357)	(61.820)	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	(447.822)	(154.403)	(447.822)	(154.403)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(430.732)	(164.524)	-	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(1.483.348)	(677.742)	(970.403)	(154.403)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(23.329)	44.662	(1)	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45.018	356	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.689	45.018	1	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Outros resultados abrangentes			Reservas de lucros			Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora			
Saldos em 1º de janeiro de 2016	957.450	2.472	2.507	124.150	-	962.429	(2.707)	213.875	1.297.747
Dividendos adicionais aprovados				(124.150)		(124.150)		(91.966)	(216.116)
Lucro do exercício					452.827	452.827		414.923	867.750
Outros resultados abrangentes		(6.624)				(6.624)		(6.364)	(12.988)
Destinações:									
Apropriações do lucro em reservas			22.641	215.093	(237.734)	-			-
Dividendos					(215.093)	(215.093)		(207.462)	(422.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	957.450	(4.152)	25.148	215.093	-	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838
	957.450	(4.152)			240.241	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838
Dividendos adicionais aprovados				(215.093)		(215.093)		(207.462)	(422.555)
Redução de Capital	(522.581)					(522.581)			(522.581)
Lucro líquido					309.075	309.075		265.440	574.515
Outros resultados abrangentes		2.882				2.882		2.769	5.651
Destinações:									
Apropriações do lucro em reservas			15.454	146.811	(162.265)	-	2.707		2.707
Dividendos					(146.810)	(146.810)		(132.720)	(279.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	434.869	(1.270)	40.602	146.811	-	621.012	-	251.033	872.045
	434.869	(1.270)			187.413	621.012	-	251.033	872.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	1.648.004	1.875.805	18.763	12.125
	1.648.004	1.875.805	18.763	12.125
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(152.242)	(115.897)	(27.401)	(3.715)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(32.175)	(6.124)	-	-
	(184.417)	(122.021)	(27.401)	(3.715)
Valor adicionado bruto	1.463.587	1.753.784	(8.638)	8.410
Depreciação e amortização	(182.263)	(173.911)	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	1.281.324	1.579.873	(8.638)	8.410
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	7.791	3.477	282.047	435.114
Receitas financeiras	109.833	126.497	82.638	51.566
	117.624	129.974	364.685	486.680
Valor adicionado a distribuir	1.398.948	1.709.847	356.047	495.090
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e benefícios	136.891	113.246	12.488	8.330
FGTS	6.534	5.897	-	-
	143.425	119.143	12.488	8.330
Tributos				
Federais	455.732	651.507	33.965	25.625
Estaduais	145.754	215.027	-	-
Municipais	102	251	-	-
	601.588	866.785	33.965	25.625
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	76.714	(143.831)	518	8.308
	76.714	(143.831)	518	8.308
Acionistas				
Dividendos e Juros sobre capital próprio	146.810	215.093	146.810	215.093
Resultado dos acionistas não controladores	265.440	414.923	-	-
Lucros retidos	164.971	237.734	162.266	237.734
	577.221	867.750	309.076	452.827
Valor adicionado distribuído	1.398.948	1.709.847	356.047	495.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Gás S.A. (denominada, em conjunto, "Logigás" ou a "Companhia"), dedica-se à participação como sócia ou acionista de outras sociedades, podendo constituir sociedades, sob qualquer forma jurídica, bem como a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem e o transporte de gás natural, de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Logigás, destaca-se a controlada Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("TBG"), além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligada), descritas na nota 9.1.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petroléo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

1.1. Reestruturação societária
1.1.1. Indústria Carboquímica Catarinense - ICC

Em 01 de setembro de 2017, conforme ata 69ª da Assembleia Geral Extraordinária da ICC, foi aprovado o encerramento da liquidação e a extinção da Indústria Carboquímica Catarinense - ICC, na qual foi incorporada, através da versão integral do seu patrimônio líquido, para a Logigás, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações, conforme demonstrado a seguir:

Acervo líquido de incorporação ICC

Disponibilidades	131
Contas a receber	10
Depósitos judiciais	2.571
Investimentos	16
Fornecedores	(1)
Provisão para processos judiciais	(768)
Patrimônio Líquido Incorporado	1.959

Considerando-se que a Companhia era a detentora da totalidade das ações da ICC, a incorporação não implicou em alteração no valor de seu capital social, já que os ativos líquidos da ICC correspondiam ao investimento ora registrado pela Logigás.

A incorporação faz parte de um processo de reestruturação societária cujo objetivo é a simplificação da estrutura societária, redução de custos e gestão mais eficiente dos ativos envolvidos.

1.1.2. TNG Participações Ltda.

Em notificação extrajudicial datada de 07 de dezembro de 2017, a Logigás comunicou a Termo-gás S.A. que irá exercer seu direito de retirar-se da sociedade na TNG Participações Ltda. em até sessenta dias contados da data de recebimento da referida notificação, considerando que as condições financeiras, econômicas, regulatórias e ambientais, atualmente, não contribuem para a possibilidade de empreendimento que sustentou a constituição da TNG Participações Ltda.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras individuais da Controladora são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2018, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada

pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Logigás e de suas controladas é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nestas demonstrações contábeis para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em função do ajuste explicado a seguir:

A Companhia reclassificou parte da conta Caixa e equivalentes de caixa para a conta Títulos e valores mobiliários, referente a investimentos no fundo extramercado FAE 2 do Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pelo CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, em função da avaliação de não atendimento integral dos critérios de caixa e equivalente de caixa pela análise da composição da carteira de investimentos de cada fundo, e da representatividade do investimento da entidade em relação ao patrimônio total do fundo, além da dispersão/quantidade de outros cotistas.

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa da Companhia:

Balanço patrimonial	Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
			31.12.2016
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	652.502	(607.484)	45.018
Títulos e valores mobiliários	-	607.484	607.484
Total do ativo	3.831.851	-	3.831.851
Total do passivo	2.318.013	-	2.318.013
Total do patrimônio líquido	1.513.838	-	1.513.838
Total do passivo e patrimônio líquido	3.831.851	-	3.831.851

Demonstração dos fluxos de caixa	Consolidado		
	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
			31.12.2016
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	(69.759)	(69.759)
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	-	(537.725)	(537.725)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	1.843.110	(607.484)	1.235.626
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(513.222)	-	(513.222)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(677.742)	-	(677.742)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	356	-	356
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	652.502	(607.484)	45.018

Esse ajuste não gerou impacto nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Logigás e de suas subsidiárias e controladas.

O controle é obtido quando a Logigás possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. A nota explicativa 8.1 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como do saldo e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Tais perdas referentes às contas a receber de Clientes são reconhecidas no resultado como despesa de vendas.

3.2.3. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado utilizando método de juros efetivos.

3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

3.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 3.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

As demonstrações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

3.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

3.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 9.

3.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por softwares.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs).

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

3.8. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto - *Impairment*

A companhia avalia os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto quando há indicativos de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligada ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

3.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado aplicando-se as alíquotas vigentes nesse período.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico, aprovado pela Administração da companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.11. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem os ganhos e perdas atuariais.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.12. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.13. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em plano de pensão como benefício definido.

3.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

Petrobras Logística Gás S.A.
CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 — Empresa do Sistema Petrobras

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural, que inclui cláusulas de "ship or pay", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva da inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capita*) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Logigás com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 22.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 14.2.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

International Accounting Standards Board (IASB)
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 - Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais relevantes de *impairment* sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substituiu uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou, quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A Companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos

e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;

- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 - *Agriculture* mantidos por arrendatário;

- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 - *Service Concession Arrangements*;

- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e

- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 - *Intangible Assets* para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento significativo de ativos e passivos no seu balanço patrimonial. A companhia também está avaliando os potenciais efeitos no lucro líquido, no fluxo de caixa e nas notas explicativas. Estas avaliações, quando razoavelmente estimadas, poderão implicar na necessidade da companhia negociar, em determinados contratos de dívida com BNDES e outras instituições financeiras, cláusulas relacionadas ao nível de endividamento (covenants).

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência	
		31.12.2017	31.12.2016
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers	1º de janeiro de 2018	
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	1º de janeiro de 2018	
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016 Reapresentado	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	100	110	1	2
Aplicações financeiras (*)	21.589	44.908	-	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	21.689	45.018	1	2

(*) Reclassificação em 2016 de R\$ 607.484 no consolidado, conforme nota explicativa 2.3.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 111 % do CDI no exercício, com vencimento inferior a 90 dias.

7. Títulos e valores mobiliários

Circulante	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016 Reapresentado
Aplicações financeiras (*)	206.062	607.484

(*) Reclassificação em 2016 de R\$ 607.484 no consolidado, conforme nota explicativa 2.3.

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 111 % do CDI no exercício.

8. Contas a receber
8.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Clientes				
Terceiros	9.674	8.243	145	135
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	126.126	217.842	150.996	232.776
Recebíveis de ativos financeiros (a)	221.661	675.386	221.661	675.386
	357.461	901.471	372.802	908.297
Circulante	357.461	901.471	372.802	908.297

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 23.3.

9. Investimentos
9.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada Controlada	% de Participação direta da Logigás	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Empreendimentos controlados em conjunto (i)				
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	40%	40%	115.588	7.200
TMN Transportadora S.A.	45%	50%	14.182	-
(ii) TNG Participações Ltda. (nota explicativa 1.1.2)	50%	50%	488	-
Coligada (i)				
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25%	25%	26.138	4.727
Outros (iii)				
Gas TransBoliviano - GTB	11%	11%	1.004.688	176.769

(i) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Logigás, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas foram utilizadas demonstrações contábeis referente ao mês de novembro de 2017.

(ii) Investimentos com lucro líquido zerados em função do reconhecimento da perda na recuperação de ativos - Impairment.

(iii) Investimento avaliado pelo método de custo

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Agências multilaterais de crédito	Empréstimo subordinado	Consolidado	
			Total	
Não Circulante				
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	146.146	368.129	514.275	
Variações monetárias e cambiais	(20.733)	(59.763)	(80.496)	
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(69.058)	(224.685)	(293.743)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	56.355	83.681	140.036	
Não Circulante				
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2017	56.355	83.681	140.036	
Variações monetárias e cambiais	920	1.248	2.168	
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(57.275)	(84.929)	(142.204)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	
Saldo total em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	
				Consolidado
				31.12.2017 31.12.2016
Circulante				
Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo				
Juros Provisionados		142.129	65.624	
		1.499	322	
		143.628	65.946	

12.1. Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

13.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado				Controladora			
	31.12.2017		31.12.2016		31.12.2017		31.12.2016	
	Petrobras	Outras(*)	Total	Total	Petrobras	TBG	Outras	Total
Ativo								
Circulante								
Contas a receber, principalmente por transporte de gás natural (a)	117.252	2.600	119.852	206.236	-	-	5.132	5.132
Dividendos a receber	-	6.274	6.274	11.606	-	138.137	6.274	144.411
Empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	88.403	-	88.403
Encargos sobre empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	1.453	-	1.453
	117.252	8.874	126.126	217.842	-	227.993	11.406	239.399
Não circulante								
Empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	-	-	87.096
	117.252	8.874	126.126	217.842	-	316.396	11.406	319.872
Passivo								
Circulante								
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 13.1.2)	52.014	-	52.014	52.174	-	-	-	-
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	25.228	-	25.228	23.917	25.228	-	-	25.228
Efeito cambial sobre a tarifa (nota 13.1.1)	34.789	-	34.789	271.276	-	-	-	-
Dividendos propostos	146.810	-	146.810	215.093	146.810	-	-	146.810
Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão	2.187	-	2.187	2.187	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	218	218	142	-	-	217	217
	261.028	218	261.246	564.789	172.038	-	217	172.255
Não circulante								
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 13.1.2)	753.794	-	753.794	807.878	-	-	-	-
Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão	5.624	-	5.624	7.812	-	-	-	-
	759.418	-	759.418	815.690	-	-	-	-
	1.020.446	218	1.020.664	1.380.479	172.038	-	217	172.255
Resultado								
Receita bruta de vendas e serviços	1.629.073	-	1.629.073	1.863.680	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(8.194)	-	(8.194)	118.744	(22.757)	21.325	-	(1.432)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	-	12.842	-	12.842
	1.620.879	-	1.620.879	1.982.424	(22.757)	34.167	-	(11.937)

a) O valor relacionado à Petrobras refere-se principalmente às operações de transporte de gás natural canalizado.

b) valor a receber da TBG (empréstimo "sub-loan") é remunerado com base na variação cambial do Dólar norte-americano mais juros de 15% a.a., capitalizados anualmente (nota explicativa 12.1).

(*) Inclui outros investimentos.

As principais operações realizadas com as partes relacionadas referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, acrescidas de encargos financeiros compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; adiantamentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano e financiamentos firmados entre a controladora da Petrobras Logística de Gás S.A. e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

Quando ao relacionamento da TBG com a Petrobras, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos com cláusulas de "Ship-or-Pay" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica dos investimentos realizados.

13.1.1. Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2017 foi apurado o montante de R\$ 34.789 a ser devolvido, em 2018, via redução de tarifa (em 2016 foi apurado o montante de R\$ 271.276, a ser devolvido em 2017 via redução de tarifa).

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizada pelos detentores das dívidas sênior a amortização de um total de US\$ 140 milhões, resultando um saldo de US\$ 52,4 milhões que serão liquidados em dezembro de 2018.

O saldo dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2017, incluindo principal e juros, era de R\$ 176.173 mil, sendo R\$ 89.848 mil com a Logigás.

12.2. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os contratos de financiamentos da controlada TBG possuem as seguintes cláusulas restritivas ("covenants"):

(i) A TBG não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) A TBG se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio líquido com passivo total não seja superior a 67%.

Para o ano de 2017 e 2016, a TBG cumpriu com estas obrigações.

12.3. Informações sumarizadas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	Consolidado			
	até 1 ano	1 a 2 anos	Total	Valor justo
Financiamentos em Dólares (US\$):				
Indexados a taxas flutuantes	143.628	-	143.628	138.081
Indexados a taxas fixas	46.761	-	46.761	-
Taxa média dos financiamentos	96.867	-	96.867	12%
Total em 31 de dezembro de 2017	143.628	-	143.628	138.081
Total em 31 de dezembro de 2016	65.946	140.036	205.982	226.299
Taxa média dos financiamentos				12%

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial é apresentada na nota explicativa 23.1.

12.4. Garantias

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das referidas agências, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

13. Partes relacionadas
13.1.2. Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado por meio da prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

13.2. Remuneração da administração da Companhia

Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 4.590 mil válida para o período compreendido entre abril de 2017 e março de 2018. A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2017.

Os demais membros da Diretoria são remunerados diretamente pelos acionistas e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

14. Tributos

14.1. Tributos correntes

	Consolidado		Consolidado	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	9.960	25.011	36.627	139.468
Imposto de renda sobre o lucro	1.846	1.687	16.052	61.523
Contribuição social sobre o lucro	11.806	26.698	52.679	200.991

	Controladora		Controladora	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda sobre o lucro	9.960	25.011	-	-
Contribuição social sobre o lucro	1.846	1.687	1.936	-
	11.806	26.698	1.936	-

Demais impostos e contribuições

	Consolidado			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	3.709	-	8.748	15.086
PIS/COFINS	8.069	60.806	17.790	31.119
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	16.288	-	191	14.458
Outros	-	-	1.323	1.636
	28.066	60.806	28.052	62.299

	Controladora			
	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2017	2016	2017	2016
PIS/COFINS	59	8	281	474
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	6.212	-	3	2
Outros	-	-	68	75
	6.271	8	352	551

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora
	Imobilizado e Intangível	Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	Outros	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2015	(93.447)	122.134	15.461	(74.989)	(30.841)	22.122
Reconhecido no resultado do exercício	(92.851)	4.040	(16.409)	4.812	(100.408)	(17.775)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	3.459	3.459	-
Transferências	(93.320)	2.485	-	90.835	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	(279.618)	128.659	(948)	24.117	(127.790)	4.347
Reconhecido no resultado do exercício	(91.483)	(65.641)	948	(4.124)	(160.300)	(4.347)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	(2.378)	(2.378)	-
Em 31 de dezembro de 2017	(371.101)	63.018	-	17.615	(290.468)	-
Impostos diferidos ativos					4.347	4.347
Impostos diferidos passivos					(132.137)	-
Em 31 de dezembro de 2016					(127.790)	4.347
Impostos diferidos ativos					-	-
Impostos diferidos passivos					(290.468)	-
Em 31 de dezembro de 2017					(290.468)	-

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Consolidado	Passivos
2018		80.631
2019		-
2020		(92.775)
2021		(92.775)
2022		(92.775)
2023 em diante		(92.774)
		(290.468)

14.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos impostos	885.207	1.322.240	337.509	470.624
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(300.970)	(449.562)	(114.753)	(160.012)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Baixa de IR/CS diferidos	(9.665)	(6.110)	(9.577)	(5.724)
Participação em controlada e coligadas	2.649	1.182	95.896	147.939
Imposto de renda e contribuição social	(307.986)	(454.490)	(28.434)	(17.797)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(160.301)	(100.408)	(4.347)	(17.775)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(147.685)	(354.082)	(24.087)	(22)
Total	(307.986)	(454.490)	(28.434)	(17.797)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34.79%	34.37%	8.42%	3.78%

15. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	14.804	13.195
Plano de Saúde AMS	42.619	39.912
	57.423	53.107

15.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em

fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras, para 2018, são de R\$ 7.958, referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 43,20 anos (43,20 anos em dezembro de 2016).

15.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil Bolívia - TBG mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os funcionários contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 28,78 anos (28,96 anos em 31 de dezembro de 2016).

15.3. Movimentação do passivo atuarial

	2017			2016		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Valor presente das obrigações	19.567	42.608	62.175	17.718	39.912	57.630
(-) Valor justo dos ativos do plano	(4.763)	-	(4.763)	(4.523)	-	(4.523)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	14.804	42.608	57.412	13.195	39.912	53.107
Obrigações atuariais no início do exercício	13.195	39.912	53.107	2.145	26.863	29.008
Custos reconhecidos no resultado	2.412	9.933	12.345	876	6.776	7.652
Outros resultados abrangentes	(803)	(7.226)	(8.029)	10.174	6.273	16.447
Obrigações atuariais no final do exercício	14.804	42.619	57.423	13.195	39.912	53.107
Remensurações atuariais:						
Perdas (ganhos)/experiência	(2.093)	(1.630)	(3.723)	15.452	(634)	14.818
Perdas (ganhos) / hipóteses demográficas	(1.484)	(1.670)	(3.154)	(1.278)	(538)	(1.816)
Perdas (ganhos) / hipóteses financeiras	2.767	(3.926)	(1.159)	(4.122)	7.445	3.323
Rendimentos Sobre os Ativos do Plano (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto	7	-	7	122	-	122
Total de remensurações registradas no ORA	(803)	(7.226)	(8.029)	10.174	6.273	16.447

Petrobras Logística Gás S.A.
CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 — Empresa do Sistema Petrobras
15.4. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

No exercício de 2017, a Companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 2.836 de PLR.

16. Patrimônio líquido
16.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2017 o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 434.869 está representado por 286.372 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a redução de capital da Logigás, no montante de R\$ 522.581, por excessividade de capital e este valor foi restituído à Petrobras em 27 de dezembro de 2017.

16.2. Reservas de Lucros
a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

16.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhado pela administração da Logigás à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2018, no montante de R\$ 293.621, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2017
Lucro líquido do período (Controladora)	309.075
Apropriação:	
Reserva legal	(15.454)
Lucro básico para determinação do dividendo	293.621
Dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 50% do lucro básico - R\$ 0,51 por ação ordinária	146.810
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0.51 por ação ordinária	146.811
Total de dividendos propostos	293.621

Os dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2017 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

16.4. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	311.781	452.827	309.075	452.827
Quantidade de ações ordinárias	286.372	286.372	286.372	286.372
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	1.088,73	1.581,25	1.079,28	1.581,25

17. Receita de vendas e serviços

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta de serviços	1.629.073	1.863.680
Encargos sobre serviços	(296.885)	(387.837)
Receita de serviços	1.332.188	1.475.843

18. Outras receitas líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Receita de dividendos (GTB)	18.575	11.466	18.575	11.466
Multas contratuais	188	256	188	256
Provisão para recuperação de terreno - ICC	(19.998)	-	(19.998)	-
Outras. Líquidas	146	2	2	114
Total	(1.089)	11.724	(1.233)	11.836

19. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Depreciação e amortização	(182.263)	(173.911)	-	-
Gastos com pessoal	(164.655)	(138.337)	(12.488)	(8.330)
Tributárias	(7.662)	(11.389)	(5.531)	(7.828)
Serviços contratados	(77.182)	(64.037)	(7.406)	(3.426)
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(18.899)	(51.485)	-	-
Dividendos de investimentos ao custo (GTB)	18.575	11.466	18.575	11.466
Provisão para recuperação de terreno - ICC	(19.998)	-	(19.998)	-
Outros	(35.807)	285	190	370
Total	(487.891)	(427.408)	(26.658)	(7.748)

Na Demonstração do Resultado

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(359.557)	(327.792)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(116.747)	(99.951)	(19.894)	(11.756)
Tributárias	(7.662)	(11.389)	(5.531)	(7.828)
Outras receitas líquidas	(1.089)	11.724	(1.233)	11.836
Participação nos lucros ou resultados	(2.836)	-	-	-
Total	(487.891)	(427.408)	(26.658)	(7.748)

20. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com endividamentos	(16.774)	(56.817)	-	-
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	(11.278)	216.510	-	-
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(28.052)	159.693	-	-
Resultado com recebíveis de ativos financeiros	69.796	56.033	69.796	54.833
Resultado com títulos e valores mobiliários	39.141	69.759	-	-
Resultado com empréstimos concedidos	-	-	12.842	50.591
Varição monetária com empréstimos concedidos	-	-	1.386	(61.525)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(4.840)	(1.109)	(11)	(2)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(42.926)	(14.048)	(1.893)	(639)
Resultado financeiro líquido	33.119	270.328	82.120	43.258
Receitas	109.833	126.114	82.638	105.424
Despesas	(22.510)	(58.248)	(11)	(2)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(54.204)	202.462	(507)	(62.164)
	33.119	270.328	82.120	43.258

21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	284.339	130.280	22.151	5.577
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	31.449	50.236	5.184	1.901

22. Processos judiciais e contingências
22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para recuperação ambiental	24.721	4.401	24.721	4.401
Provisão para contingência fiscal	786	-	786	-
Total	25.507	4.401	25.507	4.401
Passivo circulante	4.722	4.401	4.722	4.401
Passivo não circulante	20.785	-	20.785	-

Os valores provisionados para recuperação ambiental referem aos projetos de recuperação de áreas degradadas em terrenos utilizado pela extinta ICC (Indústria Carboquímica Catarinense S/A), em Santa Catarina. Em dezembro de 2017 foi efetuado novo levantamento dos gastos estimados para a recuperação destas áreas e provisionado o montante de R\$ 19.999.

22.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016
Ativo não circulante	31.12.2017	31.12.2016
Fiscais	2.134	1.747
Cíveis	1.999	2.050
Total	4.133	3.797

22.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir (Consolidado):

	Consolidado	
	2017	2016
Cíveis	384.529	347.509
Trabalhistas	2.346	2.356
Fiscais	12.054	13.913
Previdenciárias	51.209	22.240
Outros	664	2.242
	450.802	388.260

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição do processo de natureza cível	Estimativa
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	
1) Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	
Situação atual: Processo em fase de instrutória. Aguarda-se a intimação do perito para se manifestar sobre as considerações feitas pelas partes em relação ao laudo pericial.	223.487
Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda	
2) Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados.	
Situação atual: Publicada sentença reconhecendo a ocorrência da prescrição da pretensão autoral. Aguardando possível interposição de apelação pela Mendes Júnior.	100.177
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	
3) Ressarcimento por supostos prejuízos e custos adicionais na construção da ECOMP de Capão Bonito - SP.	
Situação atual: Aguardando decisão judicial	25.000
Autor: Sindicatos de Petroleiros	
4) Alteração de cálculos e pagamentos de salários e benefícios	
Situação atual: Aguardando decisão judicial	21.000
5) Outros	14.865
Total de processos de natureza cível	384.529

23. Gerenciamento de riscos

A gestão da Logigás é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da TBG em 31 de dezembro de 2017 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir, cujos saldos estão valorizados pela taxa de fechamento de R\$ 3,3080:

	Consolidado	
	2017	2016
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TBG	57.303	122.198
Com os demais acionistas, em dólar norte-americano - TBG	86.325	83.784
	143.628	205.982

Na TBG os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte, cujo saldo em 2017 era de R\$ 805.808, não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural ao longo prazo.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

		Consolidado		
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Em 31.12.2017				
Financiamentos	Dólar/Real	143.628	35.907	71.814

23.2. Gerenciamento de risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Na TBG, os empréstimos e financiamentos foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis para reduzir os efeitos das flutuações nas taxas de juros. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multila-

terais de crédito ou agências de crédito à exportação que, historicamente, têm volatilidade menor que as taxas de mercado, conforme se segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Total com taxas fixas	46.761	65.713
Total com taxas variáveis	96.867	140.269
	143.628	205.982

23.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de valores depositados em custódia e de investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro 2017. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de valores em custódia e investimento em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

23.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	1 ano
Financiamentos	143.628
	143.628

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

23.5. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Logigás transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

	US\$ milhões	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Riscos Segurados		
Danos Materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA
 Presidente

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS
 Conselheiro

IGOR MUNIZ
 Conselheiro

JORGE SABA ARBACHE FILHO
 Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO
 Diretor Presidente

RAFAEL SENNA SANTOS IMBUZEIRO
 Diretor

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO
 Contador
 CRC-RJ-087118/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A. -Logigás
 Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Logística de Gás S.A - Logigás (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Gás S.A - Logigás em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Petrobras Logística de Gás S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases**Transação com partes relacionadas**

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás são realizadas com a Petroleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.3, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 17 de março de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais em nossa opinião são apropriados e foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidada, da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre tais demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras apresentam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018**KPMG Auditores Independentes**
CRC SP-014428/O-6 F-RJ**Marcelo Luiz Ferreira**
Contador CRC RJ-087095/O-7